

QUE FUTURO PARA O ENSINO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL?

WHICH FUTURE FOR INFORMATION SCIENCE EDUCATION IN PORTUGAL?

Isabel Marques Marcos

Resumo: Partindo de um estudo diacrónico dos espaços de formação em Ciência da Informação (CI) desde os finais do século XIX até a atualidade, analisa-se a atual situação desta área científica, num momento em que, anos depois do início do Processo de Bolonha, a Comissão de Avaliação Externa da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES) já avaliou muitos dos cursos de 1º, 2º e 3º ciclos. O resultado desta avaliação levou ao desaparecimento de muitas das formações existentes, questionando-se, por isso, qual o futuro do ensino da CI em Portugal. Em termos metodológicos o estudo passou por uma revisão da literatura relativa à história de formação em CI em Portugal, pela consulta da página oficial da A3ES e de páginas *web* das universidades para verificar a continuidade das ofertas formativas nesta área. Os resultados mostram uma diminuição significativa de cursos em todos os graus de ensino, uma centralização destas ofertas em algumas universidades portuguesas em detrimento de outras, onde desapareceu o ensino desta área científica, e a concentração geográfica nos distritos do Porto, Coimbra e Lisboa. A realidade atual permite questionar se a formação em CI ao restringir-se desta forma, não poderá colocar em risco a continuidade da própria profissão de gestor da informação, que pela sua especificidade requer formação específica para o seu desempenho.

Palavras-chave: Ensino superior; Ciência da Informação; Oferta formativa; Portugal

Abstract: Using a diachronic study about formative spaces in Information Science (IS) since the end of the 19th century until now as a starting point, we analyze the current situation of this scientific area, in a moment where, years after the Bologna Process' beginning, the External Evaluation Commission of the Agency for the Accreditation and Evaluation of Higher Education (A3ES) has already evaluated most of the 1st, 2nd and 3rd cycles programs. The result of this evaluation led to the disappearance of much of the existing studies formations, thus questioning the future of IS in Portugal. In terms of methodology, this study consists of a bibliographical review concerning the history of the education in IS in Portugal and an analysis of the A3ES official webpage as well as universities' ones, in order to verify the continuity of education offer in this area. The results show a significant reduction of programs in all of the teaching degrees, a centralization of these offerings in certain Portuguese universities at the expense of others, where the teaching of this scientific area disappeared, and the geographical concentration of such programs on the districts of Porto, Coimbra and Lisbon. The current reality allows us to question whether the education in IS, due to such restrictions, can jeopardize the continuity of the I-D profession in Portugal, given that specific education is needed in order to exercise it.

Keywords: Higher Education; Information Science; Education offer; Portugal

Introdução

No presente artigo procura-se refletir sobre a problemática dos espaços de formação e ensino em Ciência da Informação em Portugal. Partindo do passado, procura traçar-se a trajetória evolutiva da formação académica desta área científica, que remonta aos finais do século XIX e que é indissociável da perspetiva profissionalizante. A formação surge

para dar consistência e qualidade ao desempenho profissional dos primeiros bibliotecários e arquivistas em Portugal. Ao longo de todo o século XX, esta perspetiva que Ribeiro (2006b) e Silva (2010) designaram por historicista, custodial e tecnicista manter-se-á na formação, apesar de algumas vozes contrárias terem surgido nas últimas décadas, veiculando um novo modelo formativo, mais próximo do modelo de Bolonha.

Analisar os espaços e modelos formativos em Ciência da Informação implica equacionar também o impacto do Processo de Bolonha no sistema educativo português, pois à semelhança dos restantes países da Europa, a sua implementação representou uma profunda reforma no ensino superior em Portugal. A adoção de um sistema de graus académicos baseado em três ciclos, que relativiza a importância das pós-graduações¹, o estabelecimento de um sistema de créditos que permite a mobilidade no espaço europeu, a criação de um sistema de avaliação e certificação da qualidade e a mudança de paradigma, que tira a centralidade do professor no processo de ensino-aprendizagem e a coloca no aluno, são agora alguns dos eixos orientadores no planeamento e conceção dos diferentes cursos que caracterizam a formação académica de nível superior. A Declaração de Bolonha veio colocar novos desafios e estimular universidades e profissionais a repensar os vários modelos de formação.

Quase dez anos depois, importa conhecer os resultados das avaliações entretanto já efetuadas pela Comissão de Avaliação Externa, da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES) e, a partir deles, fazer um leitura reflexiva sobre a atual situação da formação CI em Portugal. Importa perspetivar o futuro, tendo em conta o passado e os desafios do presente.

Início da formação CI em Portugal até a década de 80 do século XX

A formação dos profissionais das bibliotecas e dos arquivos começou por ser obtida nas instituições a partir da experiência no terreno, um saber-fazer que foi transmitido de geração em geração e que a dada altura conceptualizou-se de forma académica.

Portugal foi dos países da Europa que mais cedo institucionalizou esta formação a nível universitário. O primeiro Curso Superior de Bibliotecário e Arquivista foi criado em 1887 pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. O modelo desta formação superior de dois anos integrava no seu plano de estudos algumas disciplinas do Curso Superior de Letras e as disciplinas de diplomática, numismática e bibliologia, que eram ministradas por funcionários do Real Arquivo da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional.

Em 1901, o curso foi objeto de remodelação e passou a ter a duração de três anos. Esta formação, à semelhança do anterior curso, também não satisfazia as exigências dos profissionais, como se comprova pelas palavras de dois funcionários da época a trabalhar no Real Arquivo, Pedro de Azevedo e António Baião: “Até agora nenhum curso satisfaz plenamente os deveres que impõem as funções de conservadores do Arquivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa” (citado por SILVA e RIBEIRO, 2002:142).

¹ As pós-graduações não conferem grau académico.

Em 1910, a promulgação da República trouxe como consequência o interesse pelos assuntos culturais e a defesa do acesso à educação através do ensino público, originando uma reforma legislativa na área das bibliotecas e arquivos e na formação dos seus profissionais. De acordo com Souza e Ribeiro (2009), esse período foi marcado por três acontecimentos que foram decisivos para a formação dos profissionais da informação: a criação da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto e a passagem do Curso Superior de Letras, que na época funcionava nas instalações da Academia das Ciências de Lisboa, para a Universidade de Lisboa, que o passou a lecionar. Devido à passagem do Curso Superior de Letras para o meio universitário, o Curso de Bibliotecário-Arquivista passou a ser de grau universitário, mas só em 1918, com uma nova reforma, motivada entre outros fatores pela frequência quase nula do curso, é que foi atribuída à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a “responsabilidade da organização e direção de todo o curso e emissão de diplomas” (PINTO, 2008:27).

Em 1931, uma política mais centralizadora do Estado, veio reformar não só as bibliotecas e arquivos estatais, mas também a estrutura e a natureza do curso (SILVA e RIBEIRO, 2002; PINTO, 2008). Passou a ser uma formação de dois anos e de pendor exclusivamente profissional. A legislação que consagrou esta reforma retirou o curso da tutela da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e transferiu-a para a alçada da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. O novo curso procurou reforçar a vertente mais técnica e profissionalizante em detrimento da componente mais científica, e procurou também qualificar o nível dos profissionais, pois a nova legislação exigia que os candidatos fossem bacharéis ou licenciados (RIBEIRO, 2006a). O modelo formativo, vinculado nos programas das novas disciplinas estava em consonância com o modelo que estava em voga na Europa (SILVA e RIBEIRO, 2002).

Esta experiência de retirar a formação das Universidades não se revelou eficaz, pois, entre outros aspetos, sobrecarregou os profissionais dos serviços técnicos que asseguravam simultaneamente o trabalho e a docência. Quatro anos depois da sua implementação, em 1935, o curso retornou à Universidade. A instituição escolhida foi a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo facto de esta ter uma Biblioteca Geral, um Museu de Arte e um Arquivo, de possuir tradição no ensino das disciplinas subsidiárias da história, como a paleografia, numismática e diplomática (PINTO, 2008) e de ter um corpo docente e técnico mais apto. Este curso era uma pós-graduação, com a duração de dois anos e um estágio de seis meses.

Este curso foi durante quase cinquenta anos o único meio de formar os arquivistas, bibliotecários e documentalistas em Portugal. Conhece-se uma única exceção, que durou poucos anos, e que foi um Estágio Técnico criado em 1969. Era uma formação em serviço para licenciados e procurava colmatar a falta premente de técnicos especializados para trabalhar nos arquivos e bibliotecas. Este curso, com a duração de quinze meses, era eminentemente prático, tendo os alunos a obrigação de participar nos trabalhos da instituição onde estivessem a fazer o estágio e assistir a sessões de seminário sobre diversas matérias de âmbito mais técnico. No final deste período, os alunos submetiam-se a um exame final para obter o diploma de Bibliotecário-Arquivista-Documentalista (RIBEIRO, 2006b).

Curso de Especialização em Ciências Documentais – CECD

Ao longo da década de 70, as transformações económicas, sociais e tecnológicas impulsionadas por uma sociedade em mudança foram colocando novos desafios aos profissionais das bibliotecas e dos arquivos, que sentiam o desajuste da formação recebida (SOUZA e RIBEIRO, 2009). Um pouco por todo o lado, foi surgindo um movimento conducente à mudança e foram feitas algumas tentativas de reestruturação do curso. O único modelo formativo existente revelava-se desadequado diante das necessidades do mercado de trabalho, do desejo de concretização de algumas medidas já consagradas na legislação e da premência de obter conhecimentos para utilizar os sistemas de informação existentes a nível mundial (PINTO, 2008). A explosão da informação científica e técnica e o desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente a informática, “veio provocar mudanças estruturais, quer ao nível da profissão, quer no que toca à formação, quer ainda do ponto de vista disciplinar, afetando a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e potenciando a emergência da Ciência da Informação” (RIBEIRO, 2006b:2).

Perante a escassez de ofertas de formação e a desatualização do Curso de Bibliotecário-Arquivista face às necessidades do mercado de trabalho, um grupo de profissionais começou a delinear um modelo para um novo curso, que acabou por ter formalização legal em 1982 pelo Decreto-Lei nº 87/82, de 13 de julho. Este Decreto extinguiu o Curso de Bibliotecário-Arquivista que funcionava na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde 1935 e criou na mesma instituição o Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD). No preâmbulo deste Decreto-Lei está subjacente a importância de formar um novo perfil profissional, com competências para atuar na nova sociedade da informação.

A nova formação apresentava relativamente à anterior uma mudança substancial na estrutura curricular. Para Silva e Ribeiro (2010), embora se reconheça pela designação do curso, Especialização em Ciências Documentais, uma pequena evolução em relação ao paradigma anterior, o curso manteve na sua essência uma estrutura centrada no documento e seu tratamento técnico e não na informação.

Uma outra mudança estrutural, que haveria de marcar o ensino na área da Ciência da Informação, foi a separação da formação dos arquivistas e dos bibliotecários/documentalistas, através da obrigatoriedade de opção de uma destas áreas no segundo ano do curso. No primeiro ano do curso, todos os estudantes recebiam a mesma formação e no segundo ano escolhiam a sua especialização em bibliotecas ou arquivos. A razão de tal separação foi alheia a qualquer conceptualização teórica ou epistemológica e deveu-se, sobretudo, a questões práticas, ligadas às carreiras profissionais. Para Ribeiro (2006d), esta separação na formação de bibliotecários e arquivistas foi um retrocesso, pois a perspetiva integrada, que tinha sido uma das virtualidades do anterior curso de bibliotecário-arquivista, tinha dado lugar a uma formação mais redutora e tecnicista.

No que diz respeito ao plano do curso, este mantinha alguns dos aspetos estruturais da formação anterior: exigia a posse de uma licenciatura em qualquer área do saber e o domínio de uma língua estrangeira. O ingresso estava sujeito a *numerus clausus* e a sua conclusão conferia o diploma de pós-graduação, embora na prática fosse de formação inicial, uma vez que o curso não tinha como pré-requisito uma licenciatura na mesma

área do saber, pois esta não existia. A primeira licenciatura só surgirá quase vinte anos depois, em 2001.

O diploma que instituiu o CECD na Universidade de Coimbra previa que outras universidades, desde que tivessem recursos humanos e materiais suficientes, pudessem habilitar-se a lecionar o curso, tendo o ministério da tutela que autorizar o seu funcionamento. Face a esta oportunidade prevista na legislação, e pela falta de profissionais nesta área, foram feitos esforços, ainda nesse ano, para que o curso passasse a funcionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dada a escassez de profissionais da informação na zona norte do País², existia há muito a pressão de criar no Porto uma formação específica em Ciências Documentais. A Portaria nº 852/85, de 9 de novembro, autorizou a Universidade do Porto, através da Faculdade de Letras, a ministrar o referido curso. O curso pela sua abrangência geográfica permitiu formar centenas de profissionais, que foram absorvidos pelas bibliotecas e arquivos de Braga, Viana do Castelo, Aveiro e, sobretudo, Porto.

A institucionalização do CECD nas Faculdades de Letras de Coimbra, Lisboa e Porto foi, pela atualização significativa dos conteúdos curriculares, um marco na história da formação académica dos profissionais da informação em Portugal. No entanto, e desde o início, este modelo formativo foi alvo de críticas pelos profissionais da informação mais empenhados na mudança. A contestação ao modelo formativo do CECD é contemporânea ao seu aparecimento.

Um dos aspetos mais controversos foi o facto deste modelo de pós-graduação ser efetivamente uma formação inicial por não existir nenhuma licenciatura no mesmo ramo científico. Um aluno que ingressasse no curso, não tendo nunca trabalhado em bibliotecas ou arquivos, não estava a especializar-se nesta área do saber, porque a sua formação de base era distinta, não detendo por isso conhecimentos básicos na área da Ciência da Informação. Esta especialização acabaria por ser a sua formação inicial.

Uma outra fragilidade apontada ao CECD dizia respeito à docência do curso, que não estava entregue a professores universitários desta área científica por não existir corpo docente e formação universitária conducente ao doutoramento. Já na década de 60, Peixoto (1966) defendeu a necessidade de criar uma licenciatura na área e constituir um corpo docente próprio, que pudesse dedicar-se em exclusivo à investigação e ao ensino. Em Portugal, a realidade era diferente de outros países, pois eram sobretudo os bibliotecários, arquivistas e documentalistas, a desempenhar funções em organismos, que asseguravam em regime de acumulação a formação académica nas universidades.

Ao longo da década de 90, a contestação ao modelo formativo dos cursos de especialização em Ciências Documentais foi ganhando outros contornos, agora mais de âmbito epistemológico, inerente aos conteúdos curriculares. Os avanços tecnológicos, o desenvolvimento da sociedade da informação e a evolução de planos curriculares mais enquadrados no âmbito da Ciência da Informação, faziam sentir o desajuste deste modelo.

² Distritos do Porto, Aveiro, Viana do Castelo, Braga, Guimarães, etc.

Formação e planos de estudos Pré-Bolonha

Os anos que antecederam a implementação do Processo de Bolonha foram marcados pela consolidação e proliferação do modelo do Curso de Especialização em Ciências Documentais em muitas outras universidades. Uma das razões que justifica a longa permanência do modelo formativo CECD nos espaços de formação e ensino em Ciência da Informação em Portugal foi o facto de ele ter sido o modelo reconhecido como habilitação indispensável³ para o provimento dos lugares da carreira de técnico superior de biblioteca e arquivo na administração pública.

O CECD, a partir de 1988, conheceu uma enorme expansão, tendo sido instituído em muitas universidades públicas e privadas espalhadas por todo o país. Um dos motivos que impulsionou esta expansão foi a Lei da Autonomia Universitária, promulgada em 1988, que veio permitir a proliferação de cursos em instituições universitárias sem necessidade de autorização ministerial, exigindo apenas como requisito a “existência de recursos humanos e materiais para os implementar” (RIBEIRO, 2006d:21).

A primeira universidade a solicitar autorização foi a Universidade Autónoma de Lisboa, uma universidade privada, e o curso começou a funcionar em 1988 com modelo idêntico aos das universidades públicas. A situação manteve-se estacionária, com quatro cursos de pós-graduação a funcionar em todo o País, até que em 1998, dez anos depois, uma outra universidade privada, a Universidade Lusófona, solicitou autorização ao Ministério da Educação para o lecionar. A partir do ano 2000, com o crescimento desordenado do ensino superior privado em Portugal, proliferaram os cursos de pós-graduação na área das Ciências Documentais. Um estudo realizado por Ribeiro (2006c) indicava que em 2005 existiam dezasseis cursos de pós-graduação, sete em estabelecimentos públicos e nove em privados e Pinto (2008) menciona a existência de dezassete cursos a funcionar em 2007.

Nos finais da década de 90, as fragilidades deste modelo formativo acentuaram-se. Calixto (2008) refere que o aumento de oferta de cursos não foi acompanhado por mudanças qualitativas, pois não se verificou o aumento do corpo docente especializado na área, nem a obtenção de melhores resultados na produção científica. Na sua perspetiva, todos estes cursos, podendo ter uma variante ou outra em termos de disciplinas, seguiram na essência o modelo implementado na Universidade de Coimbra, que era essencialmente profissionalizante.

Independentemente de em termos legais os mestrados, doutoramentos e licenciaturas não permitirem o acesso às carreiras de bibliotecários e arquivistas na administração pública⁴, a partir da década de 90 foram surgindo nas universidades portuguesas algumas destas formações superiores. O primeiro mestrado surgiu no início dos anos 90, numa parceria do Laboratório Nacional de Engenharia Tecnológica com a Universidade de Sheffield. O Master of Science in Information Management era lecionado em Lisboa por professores vindos do Reino Unido, mas o grau académico era atribuído pela Universidade de Sheffield. Em 1997, surge na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto o primeiro mestrado em Gestão da Informação com diploma atribuído em Portugal. Na Universidade de Évora, o primeiro mestrado em Ciências Documentais foi

³ Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de julho.

⁴ Os cursos de mestrado podiam em casos excepcionais constituir habilitação para o acesso à carreira.

criado no ano letivo de 2001/2002 e funcionou em paralelo com a pós-graduação, pois inicialmente foi dirigido aos alunos que já possuíam o diploma da pós-graduação nos ramos de biblioteca ou arquivo.

No ano letivo de 2003/2004, num momento em que a discussão em torno do Processo de Bolonha já estava a decorrer, surgiu na Universidade Aberta uma pós-graduação em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, que, no ano seguinte, em 2004/2005, deu origem a um mestrado com o mesmo nome. Esta formação surgiu numa altura em que se impunha repensar o papel da biblioteca escolar como elemento proactivo no desenvolvimento da sociedade e em particular no contexto educativo (BASTOS, 2006).

No ano letivo de 2005/2006, a Universidade do Algarve abriu um mestrado em Ciências Documentais, tendo-se sucedido depois a abertura de outros mestrados em universidades públicas e privadas⁵. No ano que antecedeu a implementação do modelo de Bolonha, ano de 2007/2008, existiam em Portugal seis mestrados na área da Ciência da Informação e Documentação.

O primeiro doutoramento na área das Ciências Documentais surgiu na Universidade do Porto em 1989. A preocupação da equipa coordenadora do CECD desta universidade em garantir um regular funcionamento do curso recorrendo o menos possível a técnicos e professores externos à universidade, permitiu a “instauração da carreira académica no domínio das ciências documentais” (RIBEIRO, LEITE e CERVEIRA, 2003:13) e mais tarde a aprovação da área de doutoramento na mesma especialidade.

No ano 2000, foram encetadas negociações entre o Instituto Politécnico de Viseu e a Universidade de Salamanca para a criação de um mestrado e de um doutoramento na área da História, ramo de Biblioteconomia. O doutoramento em Métodos de Investigação em Biblioteconomia iniciou em 2002, sendo a Universidade de Salamanca a instituição que conferia o grau. O primeiro doutoramento concebido por uma universidade privada decorreu na Universidade Portucalense Infante D. Henrique no ano letivo de 2003/2004 e funcionou em parceria com a Universidade de Granada, que conferia o grau. Em 2005, a Universidade Fernando Pessoa, foi autorizada a conferir o grau de doutor na área da Ciência da Informação. Em 2006, a Universidade Lusófona assinou um convénio com a Universidade de Alcalá, para a realização de um doutoramento em Documentação. Para Ribeiro (2006c) a reduzida oferta de cursos de doutoramento nas universidades portuguesas tem levado a que diversos profissionais da informação tenham procurado obter este título académico em universidades estrangeiras, sobretudo em Espanha e no Reino Unido.

Se a criação de cursos de mestrado e doutoramento foi uma etapa decisiva na evolução das modalidades formativas em Ciência da Informação em Portugal, o aparecimento das primeiras licenciaturas antes de Bolonha, foi um marco fundamental, por consagrarem esta área do saber no ensino universitário de primeiro ciclo. Em 1998, nas Jornadas sobre Formação Profissional⁶, muitos profissionais defendiam a necessidade de se criarem ofertas graduadas ao nível do bacharelato ou licenciatura, apontando o facto de esta situação ser “anómala à luz da evolução do mercado e da prática de outros países”

⁵ No ano letivo 2006/2007 abriu na Universidade Católica e na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e em 2007/2008 na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa (VAZ, 2008).

⁶ Estas Jornadas foram promovidas pela BAD e realizaram-se em Braga.

(DAVID, AZEVEDO e RIBEIRO, 2008:234). O ambiente era de mudança, e nesse contexto era necessário que aparecesse uma proposta inovadora no quadro da Ciência da Informação destinada a preparar um novo perfil de profissionais habilitados para o desempenho de funções em serviços de informação (RIBEIRO, 2006b).

Foi neste contexto de necessidade de mudança, que a coordenação do Mestrado de Gestão da Informação desafiou a equipa responsável pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais para pensar e organizar em parceria, uma licenciatura conjunta entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (DAVID, AZEVEDO e RIBEIRO, 2008). O resultado foi o aparecimento de uma licenciatura em Ciência da Informação, a primeira em Portugal, assente em bases novas e configurada numa estrutura curricular diferente.

A licenciatura, como foi concebida em 2001, tinha um plano de estudos para quatro anos, incluindo um estágio feito em organismos públicos ou privados. A experiência destes estágios revelou ser muito positiva, porque permitiu o reconhecimento do curso por parte das empresas e instituições, facilitando a entrada no mundo do trabalho e aumentando a empregabilidade, não obstante a legislação não permitir a entrada destes licenciados na carreira de técnico superior de biblioteca ou arquivo nos organismos da administração pública⁷.

Também no ano letivo de 2001/2002, no distrito do Porto, a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto, criou a Licenciatura Bietápica em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação. Seguiu-se em 2002/2003 a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, pertencente à Universidade de Aveiro, com o bacharelato em Documentação e Arquivística, que pelo Processo de Bolonha passou a licenciatura, mantendo a mesma designação.

A primeira universidade privada a ministrar uma licenciatura nesta área foi a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, que criou, em 2003, a licenciatura em Ciências da Informação e Documentação. A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, detentora durante quase meio século da formação em Biblioteconomia e Documentação, só acabaria por oferecer uma licenciatura nesta área científica no ano letivo de 2004/2005. Neste mesmo ano, a Universidade Autónoma de Lisboa passou também a disponibilizar uma licenciatura em Ciência da Informação (SUBTIL, 2006). Em 2005, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve concebeu uma licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais. A estrutura curricular deste curso pendia sobretudo para a área da edição, mas mantinha algumas disciplinas da área da Ciência da Informação. Em 2006, a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga criou a licenciatura em Ciências da Informação e Documentação (ALVES *et al.*, 2006). Neste mesmo ano, foi criada outra licenciatura, desta vez no ensino politécnico⁸. Nos anos que antecederam a implementação do Processo de Bolonha foram criadas em Portugal oito licenciaturas em Ciência da Informação.

⁷ Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de julho.

⁸ Na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Portalegre.

Processo de Bolonha e o ensino da Ciência da Informação

O Processo de Bolonha trouxe grandes alterações ao ensino superior, nomeadamente na reformulação dos planos curriculares e no aparecimento de novas ofertas formativas. Em Portugal, a adoção deste novo modelo de organização do ensino superior em três ciclos ficou consagrado no Decreto-Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, que definiu a Lei de Bases do Sistema Educativo. Este novo regime, que afetou o ensino universitário e politécnico, público e privado, teve em 2007/2008 o seu principal momento de viragem, que consequentemente afetou a área científica da Ciência da Informação, pelo facto de a formação ter estado sempre orientada para a modalidade de uma pós-graduação de dois anos⁹. Este Decreto-Lei, que alterou o paradigma em vigor desde 1986, definiu regras para que os indivíduos pudessem ter acesso à aprendizagem ao longo da vida, definiu um modelo de ensino superior organizado em três ciclos, adotou o Sistema Europeu de Créditos – ECTS e mudou as condições de acesso para os maiores de 23 anos.

No que diz respeito aos prazos de transição para esta nova estrutura de ensino, na Conferência Ministerial Europeia, realizada em Bergen, em 2005, tinha ficado decidido que a adoção generalizada deste modelo de ciclos de estudos não deveria ultrapassar o ano 2010. O Governo Português estipulou que a adequação deveria por isso começar em 2007/2008 e ser realizada até ao final do ano letivo de 2008/2009, para que em 2009/2010 todos os ciclos de estudos estivessem organizados de acordo com o novo modelo.

Desta forma, era dado aos estabelecimentos de ensino superior um período de tempo suficiente para procederem à adequação das suas formações a este novo paradigma. Esta passou pela eliminação do bacharelato, um dos quatro graus de ensino existentes, pela redução do número de anos no primeiro ciclo de ensino, pela aquisição de um sistema europeu de créditos assente no trabalho total desenvolvido pelos estudantes¹⁰ e pela mudança de paradigma, de um ensino centrado na transmissão de conhecimentos por parte dos docentes, para um sistema que passou a valorizar a aprendizagem e o desenvolvimento de competências por parte do estudante (BRAGA, 2009).

Neste processo de adequação a Bolonha, as universidades portuguesas foram obrigadas a repensar todas as formações existentes, a verificar a sua exequibilidade e a ajustar os planos de estudos a este novo enquadramento normativo.

No que diz respeito à área da Ciência da Informação, tendo em conta a existência de dezassete pós-graduações no ano letivo de 2006/2007 (PINTO, 2008), Freitas (2006:13) refere o aspeto vantajoso de Bolonha, pois na sua perspetiva, é “positivo para o melhoramento de um corpo de conhecimento científico nesta área (...) a existência de uma formação coerente e vocacionada desde o primeiro ciclo do ensino superior e universitário”.

⁹ Em 2007 existiam em lecionação dezassete cursos de especialização em Ciências Documentais (PINTO, 2008).

¹⁰ O sistema anterior de créditos limitava-se a quantificar as horas empregues pelos estudantes nas aulas e o enquadramento de Bolonha alarga o período para a aprendizagem total, contabilizando também o tempo despendido no estudo individual, na frequência de seminários e conferências e na realização de trabalhos.

Em 2005, a Comissão Especializada do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para a Educação e Formação Inicial, Pós-Graduada e Permanente foi incumbida de apresentar um estudo que permitisse organizar, harmonizar e consolidar a oferta educativa existente. Neste documento foram apresentados os cursos existentes com as suas múltiplas denominações¹¹ e foi apresentada uma lista de designações para o primeiro ciclo de formação. Para o segundo ciclo, o CRUP previu maior possibilidade de opção. A proposta apresentada para a área BAD estipulou que os cursos de primeiro ciclo ficassem integrados, de acordo com a International Standard Classification of Education - ISCED, na área de ciências sociais e jurídicas, e que a nomenclatura a utilizar passasse a ser Ciências da Informação e Documentação. O anterior grupo de Jornalismo e Informação, onde estavam integrados os cursos BAD, desapareceu e os cursos de Jornalismo e de Ciências da Comunicação consolidaram a sua autonomia, distinguindo-se das formações em Ciências da Informação e Documentação (CRUP, 2005).

Na reformulação e conceção de planos de estudo para os primeiro e segundo ciclos, as universidades tiveram em conta as reflexões sobre o currículo europeu em LIS (KAJBERG e LØRRING, 2005) e o *Referencial europeu de competências para os profissionais da informação* (ECIA, 2005). Este referencial trouxe novas exigências na reformulação dos currículos, pela necessidade de incorporar competências nas áreas de Gestão, Comunicação, Tecnologias e Ciência da Informação (CARDOSO e CALIXTO, 2010)¹².

Nos cursos de primeiro ciclo, as universidades tiveram a preocupação de elaborar planos de estudos que cumprissem os objetivos definidos para estas formações: cursos de “banda larga”, que correspondessem a um leque de competências definidas em função do exercício profissional. Estas licenciaturas, embora não preparassem especialistas, formavam indivíduos para a inserção no mercado de trabalho. Relativamente ao número de cursos verificou-se um aumento na oferta, pois no ano letivo de 2010/2011 estiveram em funcionamento onze formações de 1º ciclo, sete no ensino público e quatro no ensino privado (MARCOS, 2011). No ano letivo de 2012/2013 registou-se uma diminuição, passando a oferta para sete cursos: cinco em universidades de ensino público e duas no ensino privado (MARCOS, 2015).

No que respeita às formações de 2º ciclo, relativamente ao ano de 2005/2006, verificou-se um aumento significativo da oferta, tendo, em 2010/2011, sido ministrados pelas instituições portuguesas de ensino superior dezassete mestrados (MARCOS, 2011). No ano letivo de 2012/2013 o número diminuiu para quinze, oito em universidades públicas e sete em universidades privadas. Um aspeto também a realçar é a existência de seis destas formações que mantinham nos seus planos de estudos a separação entre a formação de bibliotecários e arquivistas (MARCOS, 2015).

Relativamente às dezassete pós-graduações que estavam em lecionação no início do Processo de Bolonha, quinze ainda continuavam a funcionar em 2010/2011 (MARCOS, 2011). Em 2012/2013 o número tinha descido para nove cursos de especialização ou pós-graduação nesta área. Sete destes cursos pertenciam à área científica da Ciência da Informação e dois estavam mais vocacionados para as bibliotecas escolares e a literacia. A

¹¹ De acordo com este documento, no ano letivo de 2004/2005, existiam 1.719 cursos de formação inicial, agrupados em 825 diferentes designações.

¹² O Euro Referencial apresenta uma lista de trinta e três domínios de competências, divididos em cinco grupos: Grupo I – Informação; Grupo T – Tecnologias; Grupo C – Comunicação; Grupo M – Gestão; Grupo S – Outros saberes.

análise aos planos curriculares destas pós-graduações permitiu verificar que o leque de disciplinas oferecidas, sobretudo nas de dois anos, apresentava uma vertente profissionalizante, preparando os estudantes para o desempenho da profissão (MARCOS, 2015).

No que diz respeito à oferta formativa para o 3º ciclo, constatou-se que era muito escassa pelo facto de não existir em Portugal corpo docente nesta área científica.

Formação CID na atualidade

A questão da qualidade e avaliação da educação superior foi desde os anos 90 uma preocupação dos países europeus, que implementaram sistemas de garantia da qualidade para monitorizar cursos e planos de estudos nas instituições de ensino superior. A Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) foi criada em 2000 a fim de promover a cooperação europeia nesta matéria. Em 2003, a Conferência de Berlim e, em 2005, a Conferência de Bergen reforçaram as normas e diretrizes destinadas a garantir a qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), comprometendo-se os ministros a apoiar estas normas e diretrizes a nível institucional, nacional e europeu. Em 2006, a recomendação relativa à continuação da cooperação europeia com vista à garantia da qualidade do ensino superior reforçou a necessidade de os estabelecimentos de ensino superior desenvolverem “sistemas de garantia de qualidade, internos e rigorosos, em conformidade com as normas e diretrizes da garantia de qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior, adoptadas em Bergen, no contexto do processo de Bolonha” (COMUNIDADE EUROPEIA, 2006). Nesta mesma recomendação é pedido aos organismos que garantam a qualidade ou acreditação dos cursos de cada país, que sejam independentes nas suas avaliações e que apliquem os critérios de qualidade e as normas e diretrizes adotadas nas recomendações anteriores. Estes princípios, que foram sendo reforçados e reafirmados em outras reuniões de âmbito europeu, como a de Munique, em 2006, e a de Londres e Roma, em 2007, são o reflexo da prioridade com que o Espaço Europeu do Ensino Superior assumiu o desenvolvimento destes sistemas de qualidade e avaliação na educação.

Em Portugal a entidade responsável para a acreditação de cursos é a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES) que foi instituída pelo Estado em 2007¹³. Desde então, ela tem sido responsável não só pela acreditação de novos cursos, mas também pela renovação da acreditação dos ciclos de estudos existentes. No início do Processo de Bolonha todos os cursos para serem lecionados foram sujeitos a uma acreditação preliminar, baseada em padrões mínimos de qualidade. De acordo com o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, os requisitos gerais para a acreditação de um ciclo de estudos pressupunham a existência de um projeto educativo, científico e cultural próprio, um corpo docente qualificado e recursos humanos e materiais adequados. Neste mesmo documento legislativo ficou definido que esta acreditação era conferida por um determinado período de tempo, estando depois sujeita a reapreciação. O Regulamento nº 504/2009, que aprovou o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, definiu no artigo 22º que o tempo de funcionamento de um curso após a sua acreditação seria de um máximo de

¹³ Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de novembro.

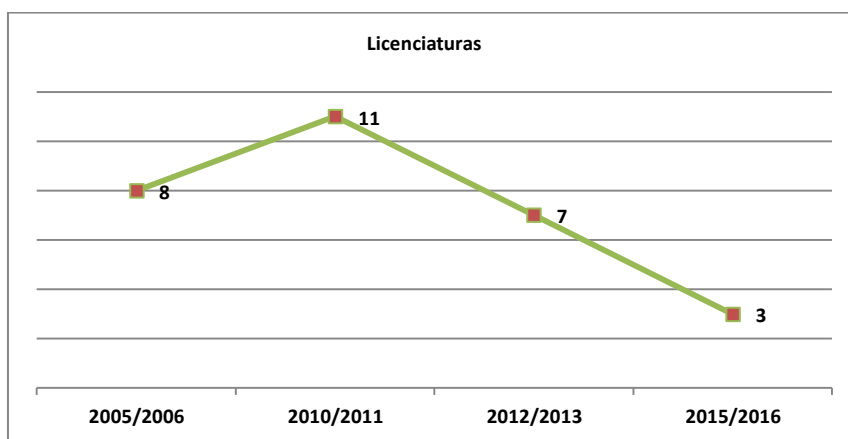
cinco anos, podendo depois requerer a renovação¹⁴. De acordo com a A3ES (2013) a renovação da acreditação dos ciclos de estudos com acreditação preliminar começaria a ser feita em 2012¹⁵ devendo estar concluída em 2016.

No caso concreto da área Ciência da Informação a avaliação dos vários cursos levou à não acreditação de alguns e esta decisão teve como consequência a cessação de autorização do seu funcionamento¹⁶. No que respeita ao 1º ciclo de estudos, dos sete cursos a funcionar em 2012/2013, dois foram acreditados preliminarmente e descontinuados mais tarde¹⁷ e dois não foram acreditados¹⁸. Atualmente existem apenas três licenciaturas em CI, concentradas nos distritos de Coimbra e Porto.

Fig. 1 – Designação dos cursos de 1º ciclo oferecidos em 2015/2016

LICENCIATURA	UNIVERSIDADES
Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica	Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras
Licenciatura em Ciência da Informação	Universidade do Porto – Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia

Fig 2 – Evolução da oferta de 1º ciclo – 2005/2006 a 2015/2016



¹⁴ Atualmente a acreditação é feita por seis anos (A3ES, 2013).

¹⁵ Na área de CI houve algumas instituições que foram visitadas pela Comissão de Avaliação Externa (CAE) da A3ES em 2011.

¹⁶ O curso pode funcionar por mais dois anos para permitir que os alunos matriculados possam concluir os seus estudos.

¹⁷ Universidade Fernando Pessoa e Universidade Católica de Braga.

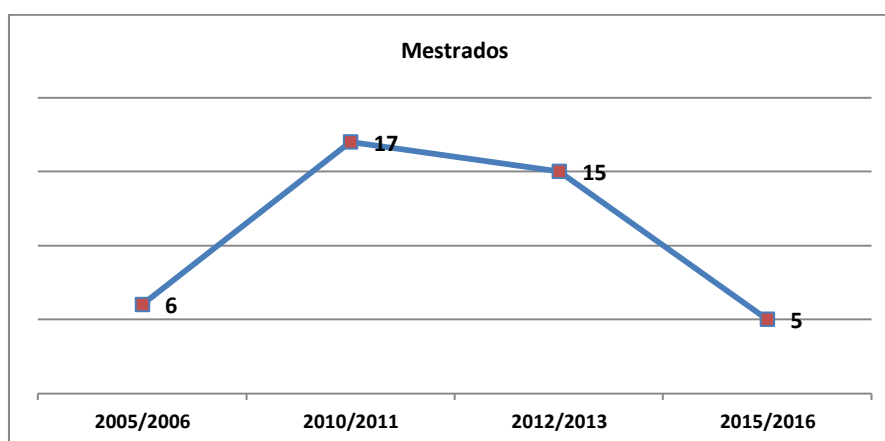
¹⁸ Universidade de Évora e Universidade Aberta.

Relativamente aos cursos de 2º ciclo, dos quinze mestrados existentes em 2012/2013, atualmente existem cinco em leção. Deixaram de ser ministrados nas universidades privadas¹⁹, nas instituições de ensino superior da Covilhã, Guarda, Évora, Algarve e, também, na Universidade Nova de Lisboa.

Fig. 3 – Designação dos cursos de 2º ciclo em 2015/2016

MESTRADO	UNIVERSIDADES
Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares	Universidade Aberta – Departamento de Humanidades
Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (com duas variantes desde o primeiro ano: biblioteca ou arquivo)	Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras
Mestrado em Ciência da Informação	Universidade do Porto – Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia
Mestrado em Ciência da Informação	Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras
Mestrado em Promoção da Leitura e Bibliotecas Escolares	Universidade de Aveiro

Fig. 4 – Evolução da oferta de 2º ciclo – 2005/2006 a 2015/2016



A formação de 3º ciclo, pela ausência de corpo docente que a pudesse assegurar, esteve quase sempre sujeita a convénios com outras instituições estrangeiras. Esta formação

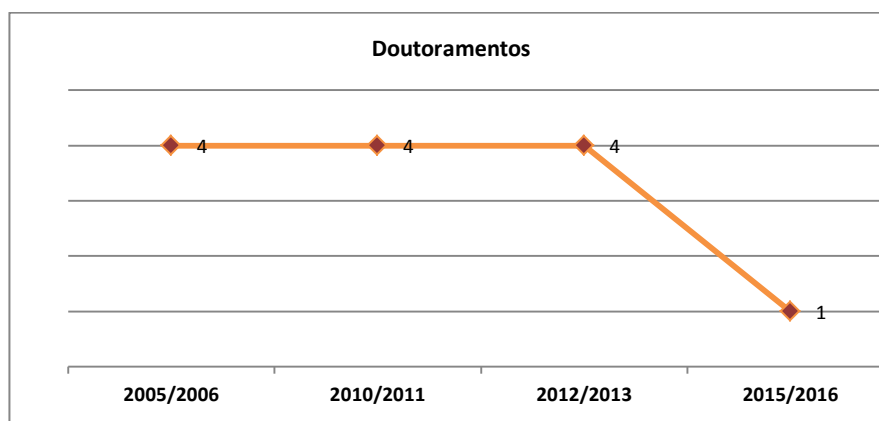
¹⁹ Universidade Autónoma, Universidade Fernando Pessoa, Universidade Lusófona, Universidade Portucalense e Universidade Católica de Braga.

existia na Universidade de Évora, mas não foi acreditada em 2015. Atualmente é ministrada na Universidade de Coimbra.

Fig. 5 – Designação dos cursos em 2015/2016

DOUTORAMENTO	UNIVERSIDADES
Doutoramento em Ciência da Informação	Universidade de Coimbra

Fig. 6 – Evolução da oferta de 3º ciclo – 2005/2006 a 2015/2016

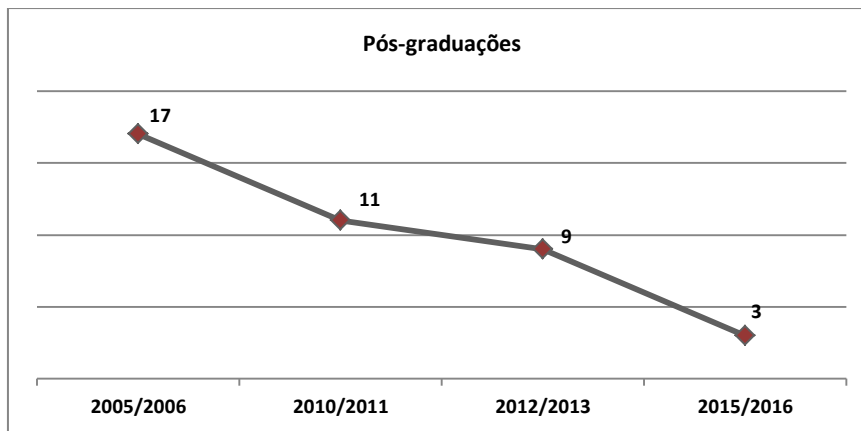


Já com o Processo de Bolonha a decorrer, a pós-graduação em CI, que foi habilitação obrigatória para acesso à carreira de técnico superior de biblioteca e arquivo, integrou a oferta formativa de muitas instituições de ensino superior público e privado. Mesmo após a extinção da carreira, em 2008, a procura desta formação por parte de estudantes justificou a sua existência em inúmeras instituições espalhadas por todo o país (Marcos, 2011; 2015). No entanto, verificou-se nos últimos anos a sua progressiva diminuição, existindo atualmente apenas em três instituições de ensino superior, sendo uma delas na área da biblioteca escolar.

Fig. 7 – Pós-graduações em CID – ano letivo 2015/2016

PÓS-GRADUAÇÕES	UNIVERSIDADES
Pós-Graduação em Ciência da Informação	Universidade Aberta
Pós-Graduação em Gestão e Curadoria da Informação	Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Pós-Graduação em Gestão das Bibliotecas Escolares	Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão

Fig. 8 - Evolução da oferta formativa – 2005/2006 a 2015/2016



Os resultados da avaliação dos cursos desta área científica, juntamente com a decisão por parte de algumas instituições do ensino superior de descontinuarem as formações graduadas, traduziram-se numa diminuição significativa da oferta formativa. A nível de primeiro ciclo, os cursos estão a ser lecionados apenas nos distritos de Porto e Coimbra. No que respeita aos mestrados, constata-se também a sua predominância no Porto e em Coimbra. O mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi acreditado de forma condicionada em janeiro de 2015, com indicação de reformulações a realizar nos próximos três anos. Os restantes mestrados são na área da biblioteca escolar. O mestrado lecionado pela Universidade Aberta está a ser avaliado neste momento e o ministrado pela Universidade de Aveiro foi acreditado em maio de 2011 por um período de seis anos. Quanto aos cursos de 3º ciclo existe um doutoramento novo ministrado pela Universidade de Coimbra, acreditado em 2015 por seis anos.

A concentração geográfica que se verifica na zona norte do país, inevitavelmente traduz-se em dificuldades de acesso à formação por parte dos estudantes que residam fora destas áreas, e este fator trará a médio-longo prazo consequências ao desenvolvimento da profissão. Se esta tendência não se reverter, se as universidades não repensarem a oferta formativa nesta área e a ajustarem aos novos desafios trazidos pela sociedade de informação, o futuro dos profissionais da informação poderá estar ameaçado.

Conclusão

Esta breve incursão sobre a história da formação CI em Portugal permite-nos ver o caminho percorrido desde o seu início, em 1887, até a atualidade, em que uma nova forma de conceber a profissão impõe novos planos de estudos e em que a designação de Ciência da Informação se consagra em detrimento de Ciência da Informação e Documentação.

Ao longo destes quase 130 anos de formação nesta área científica é inquestionável a sua relação com a evolução dos profissionais da informação em Portugal. Nesta visão retrospectiva da profissão podemos encontrar seis grandes momentos:

- 1) Aparecimento do primeiro curso em 1887 e as suas sucessivas reformulações até 1935;
- 2) Em 1935 o curso começa a ser lecionado na Universidade de Coimbra, que ficará com o seu exclusivo até 1982. Uma única instituição e um único curso formaram e formataram os profissionais da informação durante quase 50 anos;
- 3) Em 1982, o Curso de Especialização em Ciências Documentais começa a ser lecionado na Universidade de Coimbra e mais tarde nas Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto. Nos finais dos anos 80 esta formação pós-graduada de dois anos começa a ser ministrada noutras universidades públicas e privadas. Surgem os primeiros mestrados e doutoramentos, alguns em parceria com instituições estrangeiras;
- 4) Fase Pré-Bolonha – É a fase de proliferação e descentralização dos cursos. No ano que antecedeu o início do Processo de Bolonha existiam dezassete universidades que ministravam o Curso de Especialização em Ciências Documentais. Esta formação pós-graduada era o requisito habilitacional exigido para o acesso à carreira de técnico superior de biblioteca e arquivo na administração pública. Consolidam-se os mestrados e surgem as licenciaturas. Não houve crescimento dos cursos de 3º ciclo, mantendo-se as parcerias com instituições estrangeiras;
- 5) Processo de Bolonha (2007-2013) – Acreditação e funcionamento dos primeiros cursos de acordo com as diretrizes emanadas de Bolonha. Consagração definitiva desta formação a nível do primeiro ciclo. Em 2008, a reformulação e extinção das carreiras na função pública faz desaparecer os técnicos superiores BAD e, conseqüentemente, o acesso habilitacional que era exigido: o CECD. Não obstante esta situação, a pós-graduação continuou a aparecer como oferta formativa em muitas universidades;
- 6) Processo de Bolonha (após 2013) – A não renovação das acreditações pela A3ES e a grave conjuntura económica do País levaram à redução de cursos em todos os ciclos de estudos e à concentração dos mesmos em instituições universitárias sediadas em grandes cidades como Lisboa, Porto e Coimbra. Poder-se-á estar a assistir a um novo momento centralizador da formação em torno de um novo paradigma, cujas conseqüências desconhecemos, tendo em conta que a abolição das carreiras específicas da área BAD, em 2008, parece ter levado à progressiva descaracterização da profissão na sociedade portuguesa²⁰. O futuro é incerto.

²⁰ Um estudo realizado por Marcos (2011) revelou que, em 2009 e 2010, mais de 17% dos avisos concursais para a ocupação de postos de trabalho como técnicos superiores na área funcional das bibliotecas, documentação e arquivo, não referiram como requisito habilitacional a necessidade de formação específica na área (MARCOS, 2011). No que respeita à perceção tida sobre as principais ameaças com que se depara a profissão, um grupo de cerca de 150 profissionais referiu o ostracismo e a desconsideração por parte do poder político, que tende a não reconhecer a especificidade da profissão, colocando muitas vezes pessoal não qualificado a trabalhar nas unidades de informação. Para perto de 70% desta população estudada, que abrangeu todo o território português, a abolição da carreira, em 2008, tem ajudado na perda da identidade profissional (MARCOS, 2015).

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE ACREDITAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

2013 *Manual de Avaliação*. Lisboa: A3ES, 2013.

ALVES, Aida [et al.]

2006 A Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Faculdade de Filosofia de Braga. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 84-94.

BASTOS, Glória

2006 Percursos de formação: o lugar das Ciências da Informação e da Documentação. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 77-83.

BRAGA, Maria Inês Peixoto

2009 Uma Formação útil para a literacia no novo contexto de Bolonha. In EDIBCIC, 4^o, Coimbra, 2009 – *A Ciência da Informação criadora de conhecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vol. 1, p. 287-299.

CALIXTO, José António

2008 A Investigação em Portugal na área da documentação/informação. In ENCUESTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EN INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 3^o, Salamanca, 2008 – *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008, p. 619-636.

CARDOSO, Ana Maria Pereira; CALIXTO, José António

2010 Modelos de formação em Ciência(s) da Informação: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10^o, Guimarães, 2010 – *Políticas de informação na sociedade em rede* [CD-ROM]. Lisboa: APBAD, 2010.

COMUNIDADE EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho

2006 *Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à continuação da cooperação europeia com vista à garantia da qualidade do ensino superior* [Em linha]: *Recomendação 2006/143/CE*. [Consult. 12 dez. 2015]. Disponível em: <http://migre.me/nvu9D>

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADE PORTUGUESAS

2005 *Ensino superior: ordenamento da oferta educativa*. Lisboa: CRUP, 2005.

DAVID, Gabriel; Azevedo, Ana; Ribeiro, Fernanda

2008 Dez anos de um curso em Gestão de Informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In ENCUESTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EN INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 3^o, Salamanca, 2008 – *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008, p. 225-241.

EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS

2005 *Euro-Referencial I-D*. Lisboa: INICITE, 2005.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de

2006 Bolonha e a formação universitária e profissional em Ciência da Informação. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 10-15.

KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif

2005 *European curriculum reflections on Library and Information Science education*. Copenhagen: The Royal School of Library and Information Science, 2005.

MARCOS, Isabel Pacheco Marques Vaz

2011 *As Carreiras dos profissionais da informação: estudo de caso dos técnicos superiores da administração pública portuguesa*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2011.
Dissertação de mestrado.

MARCOS, Isabel Pacheco Marques Vaz

2015 *A Gestão das carreiras dos profissionais da informação: estudo sobre as trajetórias laborais e percepções da profissão dos graduados da Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Aberta: cursos de 2007 a 2009*. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2015.
Tese de doutoramento.

PEIXOTO, Jorge

1966 O Bibliotecário-arquivista no quadro do pessoal técnico do Estado e da Administração Central: relatório. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1966 – Actas. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 399-427.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo

2008 A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. *Páginas a&b: arquivos & bibliotecas* [Em linha]. Lisboa. 2ª série, 1 (2008) 7-62.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

1982 Decreto-Lei nº 87/1982. *Diário da República. I Série*. 159 (13 jul. 1982) 2.089-2.090.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2005 Decreto-Lei nº 49/2005. *Diário da República. I Série A*. 166 (30 ago. 2005) 5.122-5.138.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2006 Decreto-Lei nº 74/2006. *Diário da República. I Série A*. 60 (24 mar. 2006) 2.242-2.257.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2007 Lei nº 38/2007. *Diário da República. I Série*. 157 (16 ago. 2007) 5.310-5.313.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

2009 Regulamento nº 504/2009. *Diário da República. II Série*. 244 (18 dez. 2009) 51.237-51.241.

RIBEIRO, Fernanda

2006a *O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista* [Em linha]. [S. l: s. n.], 2006. [Consult. 14 dez. 2015].
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda

2006b *A Formação dos profissionais de informação na Universidade do Porto: um modelo teórico-prático inovador assente numa perspectiva integrada* [Em linha]. [S. l: s. n.]: 2006. [Consult. 13 dez. 2015].
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5786.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda

2006c *Formação e mercado de trabalho em informação e documentação em Portugal* [Em linha]. [S. l: s. n], 2006. [Consult. 15 dez. 2015].
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11111.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda

2006d *Um Modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto*. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 16-27.

RIBEIRO, Fernanda; LEITE, João; CERVEIRA, Elisa

2003 *Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais: 1985-2003*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. [Consult. 18 dez. 2015].
Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5651.PDF>.

SILVA, Armando Malheiro da

2010 Literacia informacional e o processo formativo: desafios aos profissionais da informação. In CONGRESSO NACIONAL BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10º, Guimarães, 2010 – *Políticas de informação na sociedade em rede* [CD-ROM]. Lisboa: APBAD, 2010.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2002 *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2010 *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

SOUZA, Terezinha Batista de; RIBEIRO, Fernanda

2009 Os Cursos de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. *Informação & Informação* [Em linha]. Londrina. 14:1 (jun/jul 2009) 82-102. [Consult. 14 dez. 2015].
Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3149>.

SUBTIL, José

2006 A Universidade Autónoma de Lisboa, o processo de Bolonha e a área das Ciências Documentais e das Ciências da Informação. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 37-48.

VAZ, Francisco António Lourenço

2006 A Formação em ciências da informação e da documentação. *Cadernos BAD*. Lisboa. 1 (2006) 68-76.